



## Administração Financeira das Instituições de Ensino Superior Comunitárias de Santa Catarina

**Valter Saurin**

### **Resumo**

Este texto é o resultado de uma pesquisa exploratória sobre a administração contábil e financeira, e das fontes de financiamento das Instituições de Ensino Superior - IES comunitárias de Santa Catarina - SC. Foi elaborado com base nos questionários enviados as dez IES comunitárias existentes sendo que oito responderam. Identificou-se que todas as IES estudadas possuem um sistema de planejamento e orçamento, utilizam a contabilidade financeira e possuem diversas fontes de financiamentos. Verificou-se que em 2002 aproximadamente 87% dos recursos provêm das taxas pagas pelos alunos.

**Palavras-chave:** IES comunitárias, financiamento do ensino superior, contabilidade das IES.

### **Abstract**

The objective of this work is to carry out exploratory research on the accounting, financial and financing management of the community universities of Santa Catarina, based on questionnaires sent to these universities and other documentation obtained. It was found that all the universities have a planning and budgeting system, use a financial accounting system and have various sources of financing, but, on the average, 87% of the resources come from the tuition paid by the students.

**Key-words:** community universities, financing of higher education, accounting for universities.

## **1 Introdução**

As Instituições de Ensino Superior - IES públicas requerem um sistema especial de administração contábil e financeira, uma vez que têm uma relativa autonomia e o processo de tomada de decisão não é centralizado, mas fluído porque envolve a participação de muitos e de forma concorrente.

As IES públicas podem ser classificadas em estatais e comunitárias. As estatais são inteiramente mantidas com recursos provenientes do governo federal ou estadual. As comunitárias são instituições sem fins lucrativos e podem ter diversas fontes de recursos: orçamento público, prestação de serviços, cobrança dos usuários, doações e outros.

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise comparativa da administração contábil e financeira e das fontes de financiamento das universidades comunitárias de Santa Catarina.

O instrumento de coleta de dado foi o questionário, complementado pela análise documental que consistiu no estudo dos demonstrativos financeiros. O questionário foi



enviado a todas as IES comunitárias de Santa Catarina para a coleta de dados quantitativos e o levantamento de informações qualitativas. A população é composta de dez IES comunitárias sendo que oito responderam o questionário. A relação das instituições incluídas no estudo, está no Apêndice.

## **2 Instituições de Ensino Superior**

As instituições de ensino superior nacional, podem ser classificadas em públicas e privadas. As públicas podem ser estatais e comunitárias, e, as privadas podem ser confessionais e empresárias, com similaridades e diferenças nos sistemas de administração contábil e financeira.

### **2.1 Características**

As instituições públicas estatais são inteiramente financiadas pelo governo federal ou estadual e são gratuitas. Nestas instituições, a administração contábil e financeira segue normas padronizadas, porque todos os recursos são provenientes do orçamento público. Os exemplos clássicos são as universidades federais e estaduais.

As instituições públicas comunitárias são organizações sem finalidade lucrativa, e geralmente estão vinculadas a um governo municipal, e os alunos devem pagar pelos cursos, embora recebem alguma bolsa de estudos e outros auxílios. Estas organizações geralmente não precisam seguir normas padronizadas de administração contábil e financeira e têm autonomia no processo operacional e no processo decisório. Os exemplos clássicos são as universidades mantida por uma fundação pública ou privada.

As instituições privadas confessionais são ligadas a uma ordem religiosa e têm as características de organizações sem fins lucrativos. Estas instituições cobram taxas dos alunos e pelos serviços prestados, embora possam ter alguma subvenção do orçamento público. Essas organizações têm autonomia no processo contábil, financeiro e decisório. Os exemplos clássicos são a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Universidade Adventista de São Paulo (UNASP).

As instituições privadas empresariais são organizações com fins lucrativos, nas quais os alunos precisam pagar seus cursos. Nestas organizações, as normas das atividades contábeis e financeiras são similares as outras empresas de serviços. Os exemplos clássicos são as universidades particulares e as corporativas.

### **2.2 Universidades comunitárias**

As IES comunitárias podem ser instituídas pelo setor governamental, mas de direito privado, sem fins lucrativos, com relativa autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

As universidades comunitárias podem ser categorizadas como instituições sem fins lucrativos, com a finalidade de desenvolver atividades públicas, e têm como principal característica não serem estatais e nem privadas, mas ao mesmo tempo possuir aspectos em comum com as mesmas.

No aspecto de financiamento o que caracteriza a universidade comunitária é a diversidade de fontes de recursos financeiros, podendo-se identificar as seguintes: subvenções sociais, taxas dos alunos, taxas de serviços, doações e outras.

### 3 O Processo de Planejamento e Orçamento

O processo de planejamento e orçamento ajuda as instituições sem fins lucrativos a realizar o programa de trabalho pela coordenação e formalização de responsabilidades, pelas inter-relações e pela comunicação dos planos esperados.

A universidade usa recursos para o ensino dos estudantes, para a pesquisa e para fornecer informações técnicas à sociedade. A sobrevivência de uma universidade vai depender de sua capacidade de conseguir dos contribuintes recursos monetários em quantidade suficiente para cobrir suas despesas operacionais. Se a qualidade do produto das universidades for rejeitado pelo ambiente mais amplo, no qual se insere, de modo que os estudantes venham a se matricular em outros locais e os contribuintes a dar apoio a outros empreendimentos públicos, ou se a universidade gasta recursos demais, comparados ao produto, ela deixará de existir. Como a empresa, a universidade deverá fornecer o produto certo, no preço certo, se quiser sobreviver. Entende-se por produto da universidade, principalmente os formados nos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como, as pesquisas realizadas e os serviços prestados a comunidade na qual está inserida.

Portanto, o processo de planejamento e orçamento é essencial para o desenvolvimento das universidades comunitárias, assim como é, para os demais tipos de organizações.

O planejamento consiste na definição dos objetivos e das metas organizacionais, bem como a definição das estratégias para alcançar as metas a curto e longo prazo. Abrange as atividades de planejamento estratégico, gerencial e operacional. A principal tarefa é integrar o ambiente externo e interno da organização, considerando os aspectos da diferenciação e integração organizacional.

A programação significa a elaboração dos planos operacionais, que podem ser categorizados em manutenção e expansão. O plano de manutenção contém as atividades de funcionamento, e, o plano de expansão compreende os projetos de desenvolvimento. Uma IES típica poderá ter os seguintes planos operacionais: ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa, extensão, e, administração.

A orçamentação é a preparação e a alocação dos recursos, e pode ser estruturada em orçamentos: econômico e financeiro. O orçamento econômico agrupa as atividades de manutenção e os projetos de investimentos. O orçamento financeiro discrimina a receita por fontes de recursos, a despesa por categorias econômicas, e contém uma demonstração das entradas e saídas de caixa para o período, isto é, o orçamento de caixa.

De acordo com Mattos (1983) em uma universidade o processo orçamentário deve acompanhar as linhas da estrutura organizacional, considerando que os cursos quando de natureza abrangentes e menos especializados, compõem-se de disciplinas e seminários garantidos por departamentos diferentes, e é muito comum ser a infra-estrutura e alguns insumos fornecidos a toda a universidade por unidades especializadas em materiais e serviços. O mesmo acontece com muitas pesquisas ou outros serviços prestados à comunidade. Este tipo de estrutura pretende assegurar a coordenação interdisciplinar por colegiados em que se representam as várias especialidades, e vinculam-se as unidades prestadoras de serviços à administração central da universidade. Tem-se, tipicamente, uma estrutura matricial em que diversos departamentos de recursos (humanos e materiais) cooperam para compor projetos ou atividades com gerência própria e hierarquicamente não vinculada a cada um deles. Esta estratégia organizacional é especialmente válida para as IES públicas, caracterizadas como estatais e para as comunitárias.



Ainda, de acordo com Mattos (1983), muitas das estruturas de programação das universidades não consideram o caráter matricial de seus projetos e atividades. Nestes casos, será preferível não orçamentar determinado tipo de projeto mas apenas a atividade de seus departamentos fornecedores ou cooperantes, estabelecendo-se para o projeto um processo não financeiro de acompanhamento e avaliação de resultados. E a estrutura orçamentária interna das universidades deve ser desvinculada, em termos de metodologia, da estrutura orçamentária de outras organizações que as mantêm, sobretudo no caso de orçamentos públicos. Tendo em vista que a universidade comunitária, necessita de uma estrutura orçamentária internamente descentralizada e horizontalizada.

Para fechar o sistema é necessário o controle que consiste no trabalho de acompanhar a execução orçamentária e fornecer informações ao processo de planejamento. Para esta finalidade pode utilizar relatórios que permitem comparar o programado com o realizado, e, empregar índices para avaliar os resultados.

#### 4 O Processo Contábil

As IES comunitárias, assim como as demais entidades sem fins lucrativos, não estão sujeitas às mesmas regras fiscais presentes na Lei das Sociedades Anônimas, como também são desobrigadas de publicar as demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404.

Existem critérios e procedimentos legais sobre a contabilidade a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros: aplicam-se a essas entidades os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Neste sentido, destaca-se a NBC T 10 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas: NBC T 10.4 – Fundações (Resolução N<sup>o</sup> 837/99, de 22 de Fevereiro de 1999). NBC T 10.19 – Entidades sem Finalidades de Lucros (Resolução N<sup>o</sup> 877/00, de 18 de Abril de 2000). NBC T 10.16 – Entidades que recebem Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações (Resolução N<sup>o</sup> 922/01, de 03 de Janeiro de 2002).

Como alterações às demonstrações contábeis, sugere-se a substituição da conta Capital por Patrimônio Social e Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit do Exercício.

As demonstrações contábeis básicas são as seguintes: o balanço patrimonial, demonstração do resultado e a demonstração das origens e aplicações de recursos. As IES comunitárias, por serem sem finalidade lucrativa, estão dispensadas da elaboração da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados tendo em vista que a mesma está incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social.

Além destas demonstrações é de suma importância para a administração das entidades sem fins lucrativos o demonstrativo de caixa, que pode ser adotado em detrimento das origens e aplicações de recursos, em virtude de ser mais simples sua elaboração e interpretação. Não deve ser utilizado isoladamente para fins de tomada de decisões, pois não evidencia outros aspectos importantes, que estariam visíveis nas demonstrações contábeis.

O demonstrativo de caixa relaciona todos os valores que ingressarão na instituição e todos os valores que serão desembolsados em determinado período, projetando o excedente ou a escassez de recursos financeiros para a formação do saldo final de caixa.



## IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



As instituições sem fins lucrativos podem valer-se também de alternativas a contabilidade convencional, buscando produzir informações aos gestores, do ponto de vista estratégico e operacional, visando orientar nos processos de planejamento, controle e de tomada de decisão. Nesse enfoque está a Contabilidade por Fundos indicada especificamente para entidades que recebem doações, subvenções e contribuições.

De acordo com Martins (1998), pela Contabilidade de Fundos, a instituição precisa abrir contas patrimoniais e de resultado segregando os “fundos” em função de sua natureza, origem ou finalidade. Para tanto, deve-se abrir um conjunto de contas de ativo, passivo e resultado para cada fundo, que pode ser de uso geral, de imobilização ou outros.

Segundo Martins (1990), as doações públicas que não apresentam restrição por parte dos doadores, caracterizam-se como recursos de uso geral, a serem registrados em contas de “Fundo” separado.

De acordo com Olak (apud BEUREN, 1999) os fundos mais comuns são de dotação, de imobilização, para empréstimos, anuidade e rendimento em vida.

Os fundos de dotação correspondem a um fundo de caixa, investimentos ou outros ativos, que têm por finalidade gerar renda para aplicá-la na manutenção da entidade.

O fundo de imobilização é aquele que será usado para adquirir, manter ou substituir terrenos, edifícios ou outros itens do ativo para uso nas operações da organização.

Os fundos para empréstimos são recursos restritos para esse fim. O valor do principal fará parte deste grupo quando puder ser emprestado. Da mesma forma, os juros sobre este montante só podem integrar o fundo para empréstimo se estiverem disponíveis para esta finalidade.

Os fundos de anuidade e rendimento em vida correspondem a ativos doados para a instituição, condicionados ao pagamento a um receptor designado. Os fundos de anuidades ocorrem quando o doador estabelece a destinação de uma quantia anual fixa. Os fundos de rendimentos em vida são usados se o rendimento exigido variar de acordo com o rendimento do fundo.

Os relatórios produzidos pelo sistema de contabilidade tradicional não evidenciam como foi gerado o lucro, quais os resultados de cada atividade e áreas que mais ou menos contribuíram para a formação do resultado global da entidade. Dessa forma, Benedicto (1999) sugere para as instituições de ensino um sistema de contabilidade baseado no conceito de atividade, isto é, Contabilidade por Atividades. Conceito este, que pode ser entendido como o processo de transformação de recursos em bens, serviços e contribuições sociais.

A Contabilidade por Atividades baseia-se em um sistema de custos gerenciais, mantendo seu foco na gestão estratégica de custos, por intermédio das atividades que contribuem para o resultado global da instituição.

A Contabilidade por Atividades desenvolveu-se e tem sido aplicada com a perspectiva de um controle e gestão de recursos mais aprimorado nas organizações. Dessa forma, este tipo de gestão, assim como várias outras técnicas de controle e gestão, estão chegando às universidades depois de sua implementação nos demais tipos de organizações, requerendo adaptações e estudo acerca da possibilidade real de sua implementação em tais estruturas bem como os possíveis resultados de tais aplicações (DALL’AGNOL, 2001).

No caso de uma instituição de ensino de nível superior as atividades são constituídas pela pesquisa e ensino, distribuídas em cursos, centro de ensino e centros de pesquisa. Além disso, existem as atividades que não estão diretamente ligadas com o serviço final, mas possuem caráter essencial, como atividades de finanças, compras, almoxarifado entre outras. (BENEDICTO, 1999).

Na contabilidade por atividades o sistema de acumulação de custos e receitas deve informar de que modo, onde e quais entidades estão consumindo os recursos e quais os resultados gerados.

Para o estabelecimento de um sistema de acumulação de custos e receitas o elemento fundamental é a entidade. Que pode ser entendida como unidade consumidora de recursos, com a ocorrência dos eventos. Por intermédio de transações econômicas, que transforma esses recursos e os transfere para outras entidades no processo produtivo.

O sistema de acumulação de custos e receitas acumula o efeito patrimonial caracterizado pelas transações econômicas realizadas que afetam o patrimônio da instituição de forma qualitativa e quantitativa.

Assim o sistema de acumulação deve estar estruturado de forma que possibilite o controle de custos e receitas. Para a operacionalização do sistema de acumulação proposto torna-se indispensável considerar dois pontos básicos: plano de contas e plano de entidades.

O plano de contas é o instrumento fundamental dos registros contábeis. Sendo baseado neste plano que serão elaborados os principais relatórios e demonstrativos contábeis para atender às necessidades informativas dos gestores e demais usuários das informações.

O sistema de acumulação de custos e receitas precisa mostrar o que está ocorrendo na instituição tornando-se uma ferramenta de gestão econômica, por enfatizar as entidades responsáveis, dando condições de apurar, avaliar e demonstrar os resultados das decisões dos gestores no desenvolvimento das atividades, num certo período de tempo.

## **5 O Processo Financeiro**

As universidades comunitárias precisam de um sistema de administração financeira, que permita acompanhar as despesas de acordo com o programado e a liberação dos recursos pelo órgão central de controle do fluxo de caixa.

Nestas instituições normalmente existe uma previsão, arrecadação e controle da receita feita de forma centralizada, e, esses recursos são alocados as unidades internas de acordo com o orçamento geral da instituição.

A sistemática de acompanhamento da realização da despesa segue a programação de gastos periódicos, mas, que precisa ser confirmada mensalmente, de acordo com a arrecadação da receita prevista, ou, seja conforme o fluxo das entradas e saídas de caixa, consolidado em um demonstrativo de programação e controle financeiro.

A alocação dos recursos para a manutenção entre as atividades de ensino, pesquisa, e, entre as unidades internas, requerem um modelo com um certo grau de objetividade, com base em parâmetros que possam demonstrar a eficiência no uso dos recursos financeiros.

A alocação de recursos financeiros para a manutenção do ensino de graduação é feita de acordo com o número de alunos, número de horas/aula, carga horária docente e, características do curso o que requer um modelo objetivo sem uma correlação direta entre a receita e a despesa. Para os cursos de pós-graduação a relação entre receita e despesa é mais direta do que na graduação, uma vez que, os cursos de pós-graduação podem pleitear recursos junto a CAPES os quais são direcionados.

Os recursos para pesquisa são provenientes de fontes externas, como as fundações estaduais de apoio a pesquisa, através da apresentação de propostas, e, de contratos com empresas para projetos de pesquisa aplicada.

A escolha dos projetos investimentos é feita com base nas solicitações das unidades internas e consolidados pelo órgão central de orçamento e a seleção dos projetos dentro dos limites dos recursos existentes são feitos pelo dirigente principal e aprovados pelo Conselho Superior.

A tomada de decisões nos níveis superior, gerencial e operacional requerem um sistema de informações gerenciais, baseado no processo de planejamento, no processo contábil, no processo financeiro, e no processo de financiamento.

## 6 O Processo de Financiamento

As entidades sem fins lucrativos não se mantêm por si mesmas, elas captam recursos para a sua constituição e para o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a obtenção de recursos é essencial para o financiamento das IES comunitárias. Portanto, torna-se importante que essas instituições tenham diversas fontes de financiamento para não ficarem dependentes de um único provedor e garantir assim a continuidade do processo.

A Lei 9.394/96, em seu *caput*, determina que à educação no Brasil é dever da família e do Estado, podendo ser realizada pela coexistência de instituições públicas e privadas. Já em seu artigo 53 afirma que as universidades, no exercício de sua autonomia poderão firmar contratos, acordos e convênios bem como receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Em seu artigo 69, tratando-se especificadamente dos recursos financeiros, a Lei especifica que:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (Lei 9.394/96, art. 69, tit. VII).

No entanto, o artigo 77 determina que esses recursos são destinados às escolas públicas e somente podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

- Comprovem finalidade não lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;
- Apliquem seus excedentes financeiros em educação;
- Assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;
- Prestem contas ao poder Público dos recursos recebidos.

Existe também, para as entidades sem fins lucrativos, que se encontram devidamente cadastradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e detenham o certificado de entidades filantrópicas, uma isenção do recolhimento da cota patronal do INSS, desde que apliquem em assistência social vinte por cento de sua receita bruta. Tal mecanismo foi desenvolvido pelo Governo para auxiliar essas entidades na prestação de serviços na área social, tendo em vista que o mesmo não consegue atender a sociedade na totalidade desses serviços.



Mesmo assegurando recursos financeiros para as Instituições de ensino, a Legislação também prevê que estas, no âmbito de sua competência, recorram a receitas no mercado por meio de projetos de pesquisa e de extensão, convênios e no caso das entidades privadas que instituem a cobrança de mensalidades, desde que tais receitas visem o desenvolvimento de suas atividades educacionais e não objetivem o lucro.

Com base na permissão oferecida pela Legislação, Vahl (2000) apresenta algumas dentre as possíveis fontes de financiamento para o ensino superior, de acordo com a origem dos recursos: recursos públicos, recursos privados, públicos e privados combinados e recursos especiais.

Segundo Vahl (2000) existentes três formas dos recursos públicos chegarem as instituições de ensino superior:

A primeira é a contribuição direta às IES, com o objetivo de cobrir parte de seus gastos, representando então uma parcela do orçamento nacional global.

A segunda forma seria pelo financiamento para programas específicos, com a destinação de determinados impostos para tal fim.

Uma última forma de materializar aportes de recursos públicos para as IES seriam os programas de assistência direta aos estudantes, como bolsas de estudo, auxílio habitação, auxílio alimentação, livros, material didático, etc.

Sabbag (2003) destaca como fontes institucionais, o BNDES e o FINEP. O BNDES por meio de seu Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior promove a ampliação de linhas de recursos para as instituições que se enquadrarem em suas políticas e procedimentos. As IES podem obter financiamento para projetos de investimento que visem à ampliação e modernização de instalações (obras civis) e equipamentos das universidades.

O FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que promove o desenvolvimento tecnológico e a inovação no país. O atendimento às IES, atualmente, pode dar-se por suas linhas de financiamento tradicionais ou pelos fundos setoriais. Nas linhas tradicionais, a ênfase volta-se para projetos de inovação tecnológica capazes de conferir maior competitividade aos diversos setores econômicos do país. Mas os fundos setoriais são, sem dúvida, a grande alternativa para a obtenção de recursos para projetos de desenvolvimento científico e tecnológico. Esses fundos configuram-se como fontes expressivas de recursos, devendo ser acionadas por meio de propostas individuais e pela constituição de redes de organizações que possibilitem a otimização dos recursos disponíveis em cada instituição.

Existem diferentes formas para o financiamento da educação superior, proveniente de recursos privados, como:

- Cobrança de Matrículas e Anuidades – Os próprios estudantes pagam de acordo com as disciplinas que irão cursar.
- Crédito Educativo – Desenvolvimento de um sistema de pagamento diferenciado com base num sistema de crédito. Possibilitando o acesso de alunos com bom nível intelectual e de baixa renda familiar.
- Venda de Serviços – Prestação de serviços, mediante pagamento além de gerar recursos para a IES contribui para o desenvolvimento acadêmico.

Para Sabbag (2003) são nas entidades privadas, que reside uma das melhores oportunidades para as IES atualmente. Este conjunto é formado de Fundos de Pensão e de Investimento, que têm um objetivo muito claro: a remuneração de seu capital.



Soluções muito criativas têm surgido nos últimos anos para implementar estratégias mais adequadas ao perfil e às necessidades de cada instituição e, dessas, duas merecem destaque pela factibilidade de implantação e por falarem a “língua” das IESs: são os fundos imobiliários e a securitização de recebíveis:

Os fundos imobiliários, em geral, oferecem condições bem semelhantes às alternativas que os bancos têm adotado para se desmobilizarem sem interromper suas operações. Aqui os ativos imobilizados, como os prédios da instituição, são vendidos a um fundo de investimento que os realuga à IES. Para essa solução, concorrem instrumentos de valor reconhecido no mercado, como os Certificados de Recibo Imobiliário. Já a securitização de recebíveis é uma alternativa basicamente de compra à vista, mediante um desconto, dos fluxos futuros de receitas da instituição, as mensalidades pagas pelos alunos. Ou seja, a instituição antecipa valores que a escola repassará depois. (SABBAG, 2003, p. 3).

Os recursos mistos englobam recursos públicos e privados:

- Imposto sobre Atividades Profissionais – Criação de um imposto sobre atividades profissionais, que consistiria de uma taxa específica com destino a IES específica ao qual o profissional estudou. Caracteriza-se como mista porque a lei gera um fundo público, que por sua vez é arrecadado dos profissionais no exercício de suas atividades, sendo então recursos privados.
- Imposto especial a Empresas – Criação de um imposto especial sobre a renda das empresas onde trabalham os profissionais egressos do ensino superior.

Os aportes especiais são as isenções tributárias, as doações, a cooperação internacional e também os rendimentos do mercado financeiro:

- Isenções – isenções tributárias que em alguns países podem ser deduzidas do imposto de renda até um certo limite.
- Doações – Em vários países as doações representam uma prática habitual, até mesmo tradicional.
- Cooperação Internacional – essa cooperação se manifesta de duas formas, através do envio de recursos financeiros ou pelo envio de pessoal docente, técnicos e especialistas.
- Mercado Financeiro – Trata-se de aplicar no mercado financeiro os excedentes de curto e médio prazo que se produzem visando obter rendimentos que se transformam em novos ingressos para a instituição.

Portanto, alternativas de financiamento existem, dando oportunidades para todas as entidades. O primordial é que as instituições de ensino superior possam escolher a forma mais adequada ao seu perfil e às suas possibilidades, explorando o leque de opções e sua relação custo-benefício, para não se frustrar no processo. Nem deixar de investir e crescer por falta de alternativas.

## **7 Análise dos Dados e Interpretação dos Resultados**

O levantamento dos dados foi realizado em 2003, e, todas as IES comunitárias receberam um questionário para ser preenchido. Além desses dados, e solicitou-se, também, uma cópia dos demonstrativos financeiros e outras informações complementares. Do universo de dez IES comunitárias em SC, oito responderam o questionário devidamente preenchido.

Os dados constantes nos questionários foram consolidados, permitindo uma análise percentual comparativa entre os diversos tipos de planos, orçamentos e modelos financeiros utilizados pelo conjunto das IES, que responderam o questionário.

Com referência aos tipos de planos elaborados e utilizados, tem-se que 100% das IES usam o planejamento estratégico, 50% elaboram um plano operacional e 100% tem um plano de investimentos, conforme demonstrado no Quadro 1. Estes resultados indicam que o planejamento é uma atividade permanente nestas instituições.

Tipos de Planos	Quantidade	Porcentagem
Estratégico	08	100
Operacional	04	50
Investimentos	08	100

Quadro 1: Planejamento

Fonte: Dados primários – Coletados em 2003.

O orçamento é o plano operacional essencial, uma vez que demonstra a programação financeira. Com relação aos tipos de orçamentos elaborados verifica-se que 63% das IES utilizam o orçamento de caixa, 100% elaboram um orçamento de receitas e despesas, e por unidades internas, e, 38% têm alguma forma de orçamento programa. Estes resultados estão evidenciados no Quadro 2.

Tipos de Orçamentos	Quantidade	Porcentagem
Caixa	05	63
Receitas e despesas	08	100
Unidades internas	08	100
Programa	03	38
Outros	00	0

Quadro 2: Modelos de orçamentos

Fonte: Dados primários – Coletados em 2003.

A alocação dos recursos internamente é uma tarefa complexa e pelos resultados é possível deduzir-se que o processo inclui fatores objetivos refletidos em um modelo financeiro, mas, também fatores subjetivos, como o prestígio e a importância de cada unidade interna. Com referência como os recursos são alocados entre as unidades internas, 58% usam um modelo financeiro, 50% tomam como base os gastos do período anterior, 13% relacionam as despesas com as receitas produzidas, e, 38% consideram principalmente a justificativa da despesa, como demonstrado no Quadro 3.

Alocação de Recursos	Quantidade	Porcentagem
Modelo financeiro	03	58
Gasto anterior	04	50
Receitas recebidas	01	13
Justificativa da despesa	03	38
Outros	00	0

Quadro 3: Modelos de alocação de recursos

Fonte: Dados primários – Coletados em 2003.

Com referência a contabilidade, verifica-se que a contabilidade financeira é usada por 100% das IES, 25% usam a contabilidade por atividade, e, 50% têm uma contabilidade de custos, conforme evidenciado no Quadro 4. O questionário não identificou, mas é possível que todas as IES tenham um sistema de custos, mesmo sem uma contabilidade custos.

Planos de Contas	Quantidade	Percentagem
Financeira	08	100
Fundos	00	0
Atividade	02	25
Custos	04	50

Quadro 4: Contabilidade

Fonte: Dados primários – Coletados em 2003.

No aspecto financeiro com referência ao controle das despesas, verifica-se que o controle informatizado é empregado em 100% das IES, conforme demonstrado no Quadro 5.

Controle das Despesas	Quantidade	Percentagem
Controle informatizado	08	100
Controle manual	00	0
Controle misto	00	0
Outros	00	0

Quadro 5: Financeiro

Fonte: Dados primários – Coletados em 2003.

Na decisão de investimento, com referência a forma como os projetos de expansão e melhoria são escolhidos, observa-se que 38% das IES empregam um modelo econômico financeiro, e 63% informam que a escolha é feita pelo Dirigente Principal e, 100% submetem ao Conselho Superior para a aprovação final, conforme consta no Quadro 6. Os resultados indicam que a decisão de investimento, segue uma racionalidade organizacional, embora não quantitativa.

Escolha de Projetos	Quantidade	Percentagem
Modelo econômico	03	38
Pelo dirigente principal	05	63
Pelo conselho superior	08	100
Outros	00	0

Quadro 6: Investimentos

Fonte: Dados primários – Coletados em 2003.

Com respeito aos sistemas de informações empregados, 75% das IES, têm um sistema próprio integrado, e 25% utilizam um sistema compartilhado integrado, conforme Quadro 7.

Informações Financeiras	Quantidade	Percentagem
Sistema próprio	06	75
Sistema compartilhado	02	25

Outros	0,0	0
--------	-----	---

**Quadro 7: Informações**

Fonte: Dados primários – Coletados em 2003.

Na decisão de financiamento com referência as fontes de recursos existentes, verificam-se que 50% das IES recebem alguma subvenção do Governo Federal, 63% recebem subvenção do Governo Estadual e 75% do Governo Municipal, 38% tem isenção do INSS, 100% cobram taxas dos alunos, 50% recebem alguma doação de pessoas físicas e jurídicas, e, 50% tem outras fontes de recursos não identificadas. Estes resultados estão demonstrados no Quadro 8.

Fontes de Recursos	Quantidade	Porcentagem
Subvenção federal	04	50
Subvenção estadual	05	63
Subvenção municipal	06	75
Isenção do INSS	03	38
Taxas de alunos	08	100
Doações recebidas	04	50
Outras	04	50

**Quadro 8: Recursos**

Fonte: Dados primários – Coletados em 2003.

Com respeito a participação média no período de 2000 á 2002, de cada fonte de recursos de todas as IES, verifica-se que a subvenção pública é de 8,28%, a receita própria corresponde a 85,52%, a isenção do INSS é de 4,45% e outras fontes é de 1,75%. A participação percentual consta no Quadro 9 e a evolução de cada fonte de recursos no período pode ser verificada no Gráfico I. Pelos resultados verifica-se que participação da mensalidade dos alunos está aumentando continuamente, enquanto a subvenção pública está diminuindo no mesmo período.

Participação das Fontes	2000	2001	2002	média
Subvenção pública	9,98	8,04	6,81	8,28
Receita própria	83,79	85,44	87,33	85,52
Isenção do INSS	4,30	4,65	4,41	4,45
Outras	1,93	1,87	1,45	1,75
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

**Quadro 9: Percentual médio da participação das fontes de recursos**

Fonte: Dados primários – Coletados em 2003.

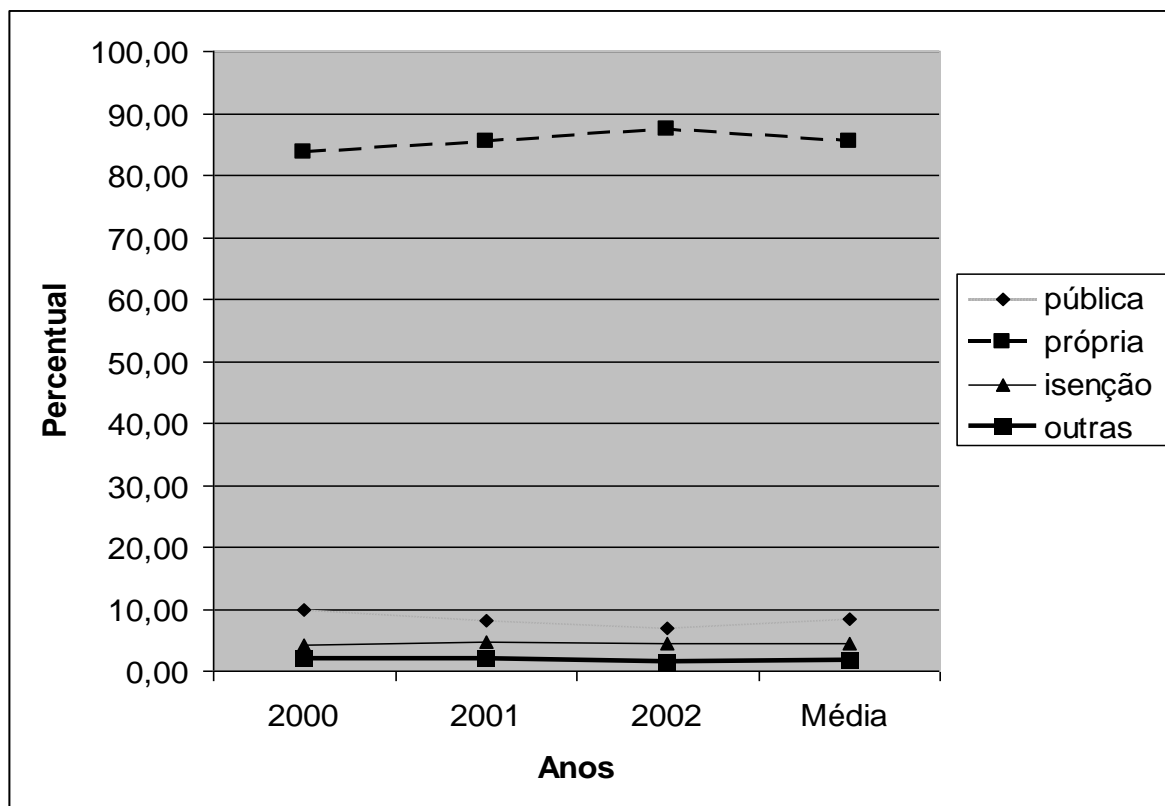


Gráfico I – Participação percentual das fontes de recursos  
Fonte: Dados primários – 2003.

Estes resultados indicam que as IES comunitárias têm uma dependência muito grande das mensalidades dos alunos, o que evidencia uma vulnerabilidade a longo prazo em termos de sustentação financeira.

## 8 Considerações Finais

As universidades comunitárias são instituições sem fins lucrativos e seus bens não são propriedade de ninguém em particular. Tais instituições foram escolhidas como objeto de estudo por serem organizações ímpares que podem ser caracterizadas como instituições privadas que apresentam uma especial dimensão pública. Possuindo uma instituição mantenedora não estando subordinada a nenhum interesse empresarial, mas unicamente a um objetivo social.

Para o financiamento das instituições de ensino superior além do governo e da cobrança de mensalidades, existe uma série de outras fontes de financiamento ainda pouco exploradas, ou até mesmo não exploradas. Dentre elas pode-se destacar o leque de serviços que uma IES pode prestar em suas diferentes áreas de conhecimento, que poderiam captar os recursos necessários para sua manutenção. Essas instituições além de possuírem pessoal especializado, possuem laboratórios e equipamentos que poderiam transformar-se em mecanismos de repasse de recursos em benefícios dela própria.

O presente estudo não abordou todas as possíveis alternativas de financiamento das IES, tendo em vista que estas são dependentes da capacidade criativa de seus dirigentes que,

podem gerar novas e originais fontes alternativas de recursos para a manutenção de suas atividades.

Com base no questionário enviado e respondido por 80% das IES comunitárias de Santa Catarina, observa-se independente da simplicidade ou sofisticação dos modelos e sistemas, que todas as IES têm um sistema de planejamento e orçamento, adotam um plano de contabilidade financeira, têm procedimentos para acompanhamento e controle da despesa, possuem um modelo formal ou informal para escolha dos projetos de investimentos, usam um sistema de informações financeiras no auxílio para a tomada de decisões, possuem um sistema de custos, e têm uma estratégia de financiamento baseada em diversas fontes de recursos, todavia a mais importante é a taxa paga pelos alunos.

A pesquisa feita junto as IES foi exploratória e seria importante estudar cada item abordado de forma mais profunda, permitindo uma comparação entre as IES, e principalmente fornecer subsídios para dimensionar procedimentos e sistemas específicos para este tipo de Instituição.

### Referências

BENEDICTO, G. Carvalho de. Proposta de um sistema de contabilidade gerencial para as instituições de ensino. **Revista de Contabilidade do CRC-SP**, ano III, n.9, setembro, 1999.

BEUREN, Ilse Maria. Entidades sem fins lucrativos. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, v. 28, n. 116, p. 45-51, mar./abr. 1999.

DALL'AGNOL, Roberto Mauro. **A contabilidade por atividades como instrumento de gestão universitária**: estudo de caso na UNOESC. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Engenharia. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

JEREMIAS, Cristiane. **Um estudo das formas de contabilização dos recursos econômico-financeiros em entidades sem fins lucrativos não governamentais**. Dissertação (Mestrado) Pós graduação em Administração. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade por fundos – uma técnica para entidades sem e com fins lucrativos. **Boletim IOB - Temática Contábil e Balanços**. Bol. 32/90. São Paulo, 1998.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade por fundos**. IOB – Temática Contábil e Balanços, São Paulo, n. 32, p. 266, 1990.

MATTOS, Pedro Lincoln. Instituição universitária e técnicas orçamentárias. In: **Administração universitária em tempos de crise**: perspectivas para o ano 2000. III Congresso da organização universitária interamericana. Salvador: Gráfica universitária da UFBA, 1983.

OLAK, Paulo. Contabilidade de entidades sem fins lucrativos não governamentais. **Dissertação de Mestrado**. FEA/USP. São Paulo, 1996.



SABBAG, Zake. **Captação de recursos**. Revista Ensino Superior. [http://www.revistaensino-superior.com.br/apresenta2.php?pag\\_id=258&edicao=48](http://www.revistaensino-superior.com.br/apresenta2.php?pag_id=258&edicao=48). Acessado em 06 de fev de 2003.

VAHL, T. R. **Alternativas de financiamento para o ensino superior**. Florianópolis: NUPEAU, 2000. 14p. (Série Textos 93.05).

#### APÊNDICE – Relação das Instituições

FURB – Universidade Regional de Blumenau	<a href="http://www.furb.br">www.furb.br</a>
UNC – Universidade do Constatado -	<a href="http://www.unc.br">www.unc.br</a>
UNESC- Universidade do Extremo Sul Catarinense	<a href="http://www.unesc.rct.sc.br">www.unesc.rct.sc.br</a>
UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Vale do Itajaí	<a href="http://www.unidavi.edu.br">www.unidavi.edu.br</a>
UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense	<a href="http://www.uniplac.rct-sc.br">www.uniplac.rct-sc.br</a>
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina	<a href="http://www.unisul.br">www.unisul.br</a>
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí	<a href="http://www.univali">www.univali</a>
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville	<a href="http://www.univille.br">www.univille.br</a>
UNOCHAPECO – Universidade Comunitária Regional de Chapecó	<a href="http://www.unochapeco.edu.br">www.unochapeco.edu.br</a>
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina	<a href="http://www.unoesc.edu.br">www.unoesc.edu.br</a>